



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0009989-25.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**  
 Documento de Origem: **CF, OF - 3061/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 1496/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **JOSE EZEQUIEL BARBOSA SILVA JUNIOR e outro**  
 Vítima: **PADARIA PRIMOS**

Réu Preso

Aos 19 de dezembro de 2016, às 14:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Gustavo Luis de Oliveira Zamprinho – Promotor de Justiça Substituto**. Presentes os réus RONI DE JESUS FERREIRA e JOSE EZEQUIEL BARBOSA SILVA JUNIOR, acompanhado de defensor, o **Drº Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas as vítimas, duas testemunhas de acusação e interrogados os réus. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Dr.PROMOTOR:**"A ação é procedente. A materialidade se encontra no auto de exibição e apreensão de fls.148/151 e no laudo pericial da arma de fogo de fls.159/162. A autoria também ficou bem demonstrada. Além dos autos de reconhecimento de fls.145/146, tem-se a palavra das vítimas e os reconhecimentos feito por elas nessa data, todos positivos. Os policiais militares também corroboraram integralmente a denúncia. Sem a possibilidade de negar a participação no delito, os acusados confessaram o roubo. Todavia, como seria evidente, tentaram retirar a responsabilidade de Romário, única mentira que possivelmente poderia dar certo. Sendo assim, procedente a ação, verifica-se que as causas de aumento também estão totalmente provadas, principalmente pelas oitivas colhidas e pelo laudo da arma. Na primeira etapa de fixação da pena, entendo que o crime molda-se à reprovabilidade abstratamente prevista no tipo, não havendo causas para aumento. Na segunda etapa, há a agravante da reincidência para ambos os réus (Roni: fls.170 e José: fls.234/235). Finalmente, na última fase, frisa-se as duas causas de aumento já delineadas. Pela gravidade em concreto do delito, cometido mediante o uso efetivo de arma de fogo e com a participação de terceira pessoa que fugiu, assim como em face da reincidência de ambos os acusados, outro regime não pode ser adequado senão o fechado para início de cumprimento de pena. **Dada a palavra à DEFESA:**"MM. Juiz os réus são confessos e a confissão está em harmonia com



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

o restante da prova o que autoriza o reconhecimento da atenuante na forma do art.197 do CPP c.c. art.65, III, "d", do CP. Requer-se a compensação da confissão com a reincidência para manter a pena no mínimo legal. Na dosimetria da pena requer-se pena mínima e benefícios legais e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM Juiz foi dito:** "VISTOS. JOSÉ EZIQUEL BARBOSA SILVA JUNIOR, qualificado a fls.20, com fotos a fls.26, RONI DE JESUS FERREIRA, qualificado a fls.19, com fotos a fls.27, e ROMÁRIO NUNES OLIVEIRA, qualificado a fls.73, com foto a fls.77, foram denunciados como incurso no art.157, §2º, incisos I e II, do Código Penal, porque em 29.09.16, por volta das 18h21, no interior da padaria "Primos", situada à Rua Mauro Tomazi nº 385, Residencial Itamarati, nesta cidade e comarca de São Carlos, previamente ajustados e com unidade de desígnios subtraíram, para proveito comum, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo contra a vítima Cibele Tochio Eziquiel, a quantia de R\$644,00 (seiscentos e quarenta e quatro reais) em dinheiro, de propriedade do mencionado estabelecimento comercial, consoante autos de exibição, apreensão e entrega de fls.51/52, 53/54 e 79. Recebida a denúncia (fls.64), houve citação, sendo o processo desmembrado em relação ao corréu Romario (fls.184, não localizado para citação pessoal) e resposta à acusação dos réus José Esiquiel e Roni, sem absolvição sumária (fls.210/211)). Nesta audiência foram ouvidas duas vítimas e duas testemunhas de acusação e interrogados os réus. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação dos réus, observando-se a reincidência de ambos. A defesa pediu o reconhecimento da atenuante da confissão. **É o Relatório. Decido.** Os réus são confessos. A prova oral reforça o teor da confissão. As vítimas reconheceram os réus hoje em juízo e os policiais ouvidos são aqueles que fizeram a prisão em flagrante. Não há dúvida sobre autoria e materialidade do crime. Houve consumação. Os réus tiveram, após o emprego da grave ameaça, posse do dinheiro subtraído. Os dois réus são reincidentes conforme certidões criminais da Vara de Execuções juntadas nesta audiência. Em favor deles existe a atenuante da confissão. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** José Ezequiel Barbosa Silva Júnior e Roni de Jesus Ferreira como incurso no art.157, §2º, I e II, c.c. art.61, I, e art.65, III, "d", todos do Código Penal. Passo a dosar as penas. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo, para cada um dos réus, a pena base em 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a atenuante da confissão, que se compensa com a agravante da reincidência (dos dois réus), mantendo a sanção inalterada. Havendo duas causas de aumento, que transforma o delito numa infração diferente daquela com apenas uma causa, atribuindo à conduta maior gravidade concreta e maior reprovabilidade, porquanto é fruto da vontade de mais de uma pessoa, havendo conjunção de esforços para a prática do ilícito, elevo a sanção em 3/8, **perfazendo a pena definitiva, para cada um dos réus, de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, mais 13 (treze) dias-multa**, na proporção anteriormente definida. Sendo os dois réus reincidentes, as penas privativas de liberdade deverão ser cumpridas inicialmente em **regime fechado**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

prática de novas infrações. Nos dois casos, nas duas penas aplicadas aos réus, não há alteração de regime, nos termos do artigo 387, §2º, do CPP. A existência de crime cometido em estabelecimento comercial, com grave ameaça, vem assustando a comunidade e, por isso, com o aumento de tais casos, afronta-se a garantia da ordem pública, que justifica a prisão cautelar. Os réus não poderão recorrer em liberdade, devendo ser comunicado presídio em que se encontram. Não há custas nessa fase, por serem os réus beneficiários da justiça gratuita e um deles defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Talita Vanessa Penariol Natarelli, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Ré(u)s: